ISSN: 2358-8829

ESCOLA E FAMÍLIA: CAMINHOS FORMATIVOS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL — UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jéssica Haubert Ferreira [1]

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil é, ao mesmo tempo, um direito assegurado por lei e um desafio cotidiano que exige esforço coletivo. Quando escola e família caminham juntas, as chances de um desenvolvimento mais pleno para a criança aumentam consideravelmente. Quando esse diálogo não acontece, as consequências se fazem sentir em ambos os espaços — e é a criança quem mais sofre com esse distanciamento.

Escrever sobre esse tema, para mim, não é apenas um exercício acadêmico. É, antes de tudo, um compromisso com a minha própria história. Sou professora de Educação Infantil da rede pública municipal de Balneário Camboriú há onze anos e sou, também, mãe de um menino com TEA diagnosticado aos dez anos — hoje com onze anos, cursando o 6º ano do Ensino Fundamental. Durante muito tempo, ele foi descrito como "difícil de lidar". Essa experiência me ensinou, de forma concreta e dolorosa, o que significa não ser ouvida como mãe e o que representa, para uma criança, a ausência de um olhar conjunto entre quem a educa e quem a cria.

É a partir dessa dupla perspectiva — de educadora e de familiar — que este relato se constrói. O objetivo é refletir sobre os caminhos formativos que podem fortalecer a parceria entre escola e família na inclusão de crianças com TEA, com atenção especial a um desafio que se intensificou nos últimos anos: o uso excessivo de telas como estratégia de regulação emocional no ambiente doméstico e seus impactos diretos na rotina escolar.

METODOLOGIA

[1] Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú (SC), [e-mail].

ISSN: 2358-8829

Trata-se de um relato de experiência que articula a vivência profissional da autora, como professora efetiva de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú (SC) há onze anos, e sua experiência pessoal como mãe de uma criança com TEA diagnosticada tardiamente. O relato se constrói a partir das reuniões de pais realizadas com as famílias da turma e das conversas individuais com os responsáveis, e dialoga com a literatura da área. As ações formativas apresentadas inspiram-se na pesquisa-ação colaborativa e encontram-se em fase de estruturação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento infantil, segundo Vigotski (2001), acontece na relação entre a criança e o meio social. A aprendizagem não é um processo solitário — ela emerge do encontro, da mediação, da troca. Quando escola e família constroem esse espaço de mediação de forma articulada, a criança com TEA tem melhores condições de avançar em sua zona de desenvolvimento proximal.

Mantoan (2003) e Oliveira (2014) reforçam que a inclusão escolar no Brasil vai além da garantia de matrícula. Ela exige práticas pedagógicas que considerem a diversidade e que envolvam ativamente as famílias no processo. Práticas inclusivas efetivas precisam que a escola se consolide como um espaço acolhedor — não apenas para as crianças, mas também para os adultos que as acompanham.

Freire (1996) nos ensina que a educação se faz com participação e escuta. Toda experiência trazida pelos envolvidos no processo educativo tem valor — inclusive a experiência das famílias, com seus acertos e com suas dificuldades. O diálogo não é um recurso opcional; é a base de qualquer prática educativa comprometida com a transformação.

No contexto específico do TEA, Bosa (2002) evidencia como compreender as características do transtorno orienta estratégias pedagógicas mais assertivas. Estudos mais recentes, como os de Silva (2021) e Lopes (2022), reforçam que programas que envolvem os pais de forma colaborativa contribuem de maneira significativa para o progresso educacional e social das crianças com TEA. Isso inclui orientar as famílias sobre práticas que apoiem o desenvolvimento em casa — o que passa, necessariamente, pela conversa sobre o uso adequado das telas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dupla vivência: ser professora e ser mãe

ISSN: 2358-8829

Quando ingressei na Educação Infantil, já sabia que trabalharia com crianças em suas fases mais sensíveis de desenvolvimento. O que não sabia é que, anos depois, eu mesma viveria, do lado de fora da escola, a angústia de uma mãe que percebe que algo diferente acontece com o filho, mas não encontra espaço de escuta nem orientação.

Meu filho passou anos sendo tratado como uma criança de comportamento desafiador. O diagnóstico de TEA chegou aos dez anos — tarde demais para muitas intervenções precoces que poderiam ter feito diferença. Durante esse período, escola e família raramente se comunicaram de forma intencional. Cada uma respondia às demandas da criança de forma isolada, sem construir pontes.

Essa vivência transformou minha prática como professora. Passei a olhar para as famílias das crianças com TEA com uma escuta diferente — não apenas como responsáveis a serem informados, mas como parceiros que também estão aprendendo, que também erram, que também precisam de suporte. E passei a perceber que um dos erros mais comuns, e mais compreensíveis, que as famílias cometem é o uso das telas como recurso de regulação emocional para essas crianças.

O desafio das telas: um problema que começa em casa e chega à escola

Nas reuniões de pais que realizo com as famílias da minha turma, uma fala se repete com frequência: os responsáveis relatam que utilizam celulares, tablets e televisão como forma de acalmar a criança com TEA em momentos de crise ou agitação. A estratégia funciona — no curto prazo. A criança se acalma, o momento de tensão passa, e a família consegue um breve alívio em meio à sobrecarga do cuidado cotidiano.

O problema é que essa prática cria uma dependência intensa. A criança passa a associar a regulação emocional exclusivamente ao estímulo das telas, tornando qualquer outro ambiente — especialmente a escola, onde as telas não estão disponíveis — um espaço de frustração e desequilíbrio. O que os professores enfrentam em sala de aula não é apenas o comportamento decorrente do TEA, mas também os efeitos da abstinência de um estímulo que se tornou central na vida da criança.

Esse ciclo — tela em casa, crise na escola — é invisível para quem não o vive de dentro. É invisível para a família que não conhece o impacto de suas escolhas no contexto escolar. E é invisível para o professor que não sabe o que acontece em casa. É exatamente aí que a ausência de diálogo entre escola e família cobra seu preço mais alto.

ISSN: 2358-8829

Caminhos formativos: o que estou construindo na prática

A partir dessa dupla experiência e do referencial teórico que a sustenta, tenho buscado construir, no meu cotidiano como professora, práticas que estreitem o vínculo entre escola e família. Ainda em fase de estruturação, essas ações incluem reuniões de pais com caráter formativo — não apenas informativo — e conversas individuais que abrem espaço para que as famílias compartilhem suas dificuldades reais, sem julgamento.

A proposta que desenvolvo, inspirada na pesquisa-ação colaborativa, aponta para a criação de um programa de formação continuada que envolva tanto professores quanto familiares. Esse programa prevê encontros formativos regulares, rodas de conversa periódicas com as famílias e a produção de materiais acessíveis — guias práticos, roteiros e orientações — que apoiem os responsáveis a dar continuidade às estratégias pedagógicas em casa, incluindo alternativas ao uso das telas para a regulação emocional das crianças.

A legislação brasileira oferece o suporte necessário para essas ações: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Lei nº 12.764/2012), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil estabelecem diretrizes que asseguram o direito à inclusão e à participação ativa das famílias no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil não se faz apenas com leis ou com boa vontade. Ela se faz com diálogo, com formação, com escuta e com a disposição de construir pontes entre os diferentes adultos que compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento da criança.

Minha experiência como professora e como mãe me mostrou que escola e família precisam uma da outra — não para se cobrar mutuamente, mas para se apoiar. Que as famílias precisam ser orientadas, não criticadas. Que os professores precisam ser formados, não sobrecarregados. E que as crianças, no centro de tudo isso, merecem ambientes que as compreendam e as acolham em sua singularidade.

Este relato não é uma resposta pronta. É um ponto de partida — uma aposta de que a formação continuada, construída de forma colaborativa entre educadores e

familiares, pode ser o caminho mais consistente para uma inclusão que de fato transforme vidas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista; Parceria escola-família; Inclusão escolar; Formação continuada.

REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice Alves. Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 57-66, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Daiane Almeida. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: estratégias de mediação familiar e escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 28, n. 3, p. 345-359, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Maria Cláudia. **Família e escola**: parceria necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Naiara Adorna da. Capacitação de pais para mediar intervenções comportamentais com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 145-158, 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.